

O Pós-estruturalismo e os ECG: da Busca pela Emancipação à Constituição do Sujeito

Resumo

Autoria: Eloisio Moulin de Souza, Susane Petinelli Souza, Alfredo Rodrigues Leite da Silva

Observa-se que os Estudos Críticos em Gestão (ECG) são formados por bases epistemológicas até mesmo divergentes. Contudo, haveria algo que seria capaz de dar um *status* de possível unicidade aos ECG? Os trabalhos de Davel e Alcadipani (2003), Alvesson e Willmott (1996) e Fournier e Grey (2006) procuraram responder a essa questão. Os autores afirmam que, dentre outras características que serviriam como uma linha para costurar e unir os retalhos que compõem os Estudos Críticos em Gestão, a busca pela emancipação seria uma característica comum às correntes de pensamento que fazem parte dos ECG, unindo correntes de pensamento heterogêneas. Diante deste panorama, este artigo problematiza como a emancipação se insere na abordagem pós-estruturalismo, colocando em questão a busca emancipatória como sendo uma característica de todas as abordagens contidas nos ECG. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em estudos que discutem as principais características dos Estudos Críticos em Gestão, bem como obras de pensadores pós-estruturalistas que fundamentam parte destes estudos. O artigo inicia-se apresentando argumentos desenvolvidos por autores organizacionais que defendem a existência de características comuns que formariam os ECG. Em seguida são debatidos aspectos relacionados ao pós-estruturalismo, analisando-se a noção de sujeito contida nessa perspectiva e a sua não aderência ao projeto emancipatório. Dentro da proposta do estudo, torna-se relevante discutir sobre o que seria emancipação e qual o seu significado nos estudos organizacionais. Nesse sentido, este artigo se contrapõe à idéia de que a busca pela emancipação é uma característica presente em todos os ECG, pois, conforme será demonstrado, o pós-estruturalismo rompe com a idéia de emancipação do sujeito e, assim sendo, não compartilha do projeto emancipatório presente em outras vertentes de pensamento presentes nos ECG. O conceito de sujeito contido no pós-estruturalismo não abre possibilidade desta perspectiva epistemológica abraçar o projeto emancipatório e trabalhar com conceitos relacionados à alienação, à dominação, e, conseqüentemente, à emancipação. O pós-estruturalismo define a subjetividade e, conseqüentemente, o sujeito como algo fragmentado, descentrado, sem essência e origem (PETERS, 2000; SOUZA, 2010; CALÁS; SMIRCIH, 1999; ROLNIK, 1997a). Contudo, isto não significa que o pós-estruturalismo trabalhe com uma concepção na qual o sujeito seja completamente e unicamente determinado por estruturas. Conforme será descrito, tanto Foucault (2002b), quanto Guattari (1992) deixam claro que pretenderam em suas obras romper com a dicotomia existente na concepção de sujeito, na qual em um pólo encontra-se um sujeito completamente autônomo (sujeito individual) e do outro um sujeito determinado pelo social (sujeito coletivo). A partir dessa discussão pretende-se contribuir para o rigor epistemológico na área organizacional, no âmbito dos Estudos Críticos em Gestão. Advoga-se que os estudiosos aproximem em seus estudos o pós-estruturalismo das demais abordagens, mas reconhecendo e se aproveitando das diferenças que dão sentido epistemológico a essa aproximação.

Introdução

Fournier e Grey (2006) apontam um crescente interesse e uma popularização dos Estudos Críticos em Gestão (ECG), denominado em solo inglês de *Critical Management Studies* (CMS). Os Estudos Críticos em Gestão (ECG) englobam uma grande diversidade de trabalhos que possuem diferentes bases epistemológicas. Nesse sentido, pode-se constatar a existência de trabalhos fundamentados no marxismo, neo-marxismo, psicanálise, estruturalismo, simbolismo, pós-estruturalismo, dentre outros.

A diferença entre as abordagens nos ECG pode ser ilustrada pela Teoria Crítica em estudos organizacionais, apesar de ser uma das correntes de pensamento que se insere nos ECG, estes últimos abarcando outras correntes de pensamento que não compartilham das mesmas idéias e conceitos contidos na Teoria Crítica. Portanto, nomear e agrupar uma gama tão vasta e diferente de tradições de pensamento em uma única sigla denominada de Estudos Críticos em Gestão (ECG) não é simples, sendo algo até certo ponto controverso, conforme já demonstrado por Faria (2009).

Dessa forma, observa-se que os Estudos Críticos em Gestão (ECG) são uma grande colcha de retalhos, colcha esta formada por bases epistemológicas até mesmo divergentes. Contudo, qual seria a linha capaz de costurar e alinhar todos esses retalhos e dar aos ECG o *status* de possível unicidade? Os trabalhos de Davel e Alcadipani (2003), Alvesson e Willmott (1996) e Fournier e Grey (2006) intentaram responder essa questão. Os autores afirmam que, dentre outras características que serviriam como uma linha para costurar e unir todos os retalhos que compõem os Estudos Críticos em Gestão, a busca pela emancipação seria uma característica comum a todas as correntes de pensamento que fazem parte dos ECG. Ela atuaria como uma cola unindo correntes de pensamento tão heterogêneas.

Diante deste cenário, este artigo problematiza como a emancipação se insere na abordagem pós-estruturalismo e coloca em questão se a emancipação seria uma linha comum supostamente capaz de unificar todas as abordagens dos ECG. O intuito é colocar em questão generalizações simplistas e contribuir para o rigor epistemológico na área organizacional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em estudos que trabalham e discutem as características dos Estudos Críticos em Gestão (ECG), bem como obras de pensadores pós-estruturalistas que baseiam parte desses estudos.

Para desenvolver a referida discussão, este artigo inicia-se apresentando os principais argumentos desenvolvidos por autores organizacionais que defendem a existência de características comuns que formariam os Estudos Críticos em Gestão (ECG). Em seguida são debatidos aspectos relacionados ao pós-estruturalismo e é analisada a noção de sujeito contida nessa perspectiva e a sua não aderência ao projeto emancipatório.

2 Estudos Críticos em Gestão (ECG) e sua Relação com o Projeto Emancipatório

Para os ECG a gestão não é uma atividade meramente técnica, conforme já apontava Hales (1986). Segundo o autor a gestão é uma função de *status* para um determinado grupo, que exerce papel de manutenção e formas de controle da organização do trabalho e preserva disparates no poder socioeconômico nas instituições. A partir desse entendimento o autor compartilha com Alvesson e Willmott (1996) da idéia de que quando a gestão é vista como

uma atividade técnica uma cegueira é colocada sobre as diversas relações sociais das quais o próprio trabalho dos gestores depende. Para Alvesson e Willmott (1996) representar a gestão como uma atividade técnica é uma tentativa de criar a ilusão de neutralidade. O combate à idéia de que a gestão é uma técnica neutra e, portanto, desprovida de relações de poder é o principal ponto defendido pelos ECG. Os ECG pretendem romper com o conceito de neutralidade gerencial, trazendo para o campo organizacional o estudo de aspectos sociais e políticos.

Ao argüirem sobre as principais características que estariam contidas nos ECG Alvesson e Willmott (1996) denominam estes estudos de Critical Management Theory (CMT) e apontam para os seguintes elementos: (1) gestão concebida como prática social, (2) gestão não vista como uma prática objetiva e imparcial, (3) ênfase no estudo das tensões existentes no processo de gestão, ou seja, estudo das relações de poder, (4) tentativa de iluminar e transformar as relações de poder que oprimem os trabalhadores nas organizações, (5) intenção emancipatória.

Em outra tentativa de caracterizar os ECG Fournier e Grey (2006) salientam que eles são formados por uma pluralidade de tradições intelectuais que possuiriam em comum três características: (1) não preocupação com questões performativas relacionadas às organizações, compromisso com a (2) desnaturalização e a (3) reflexividade. Para demarcar o que é performativo e não performativo nos estudos organizacionais, Fournier e Grey (2006) explicam que o que difere uma perspectiva de análise crítica para uma não crítica é a forma como a abordagem crítica invoca noções de poder, controle e equidade em seus estudos, em detrimento de questões relacionadas à eficiência, efetividade e lucratividade. Em relação à desnaturalização os autores sugerem que a os ECG não são uma entidade estática e por isso a teoria organizacional sempre está sofrendo mudanças e revisões sobre a natureza da prática gerencial e das próprias teorias organizacionais. Desta forma, os ECG estão envolvidos em uma crítica perpétua da teoria organizacional, crítica esta que inclui a própria ECG em sua ênfase de reflexividade.

Portanto, para Fournier e Grey (2006) os ECG são um projeto político no sentido em que objetivam desmascarar as relações de poder presentes na vida social e organizacional. Os autores afirmam que a noção de emancipação está presente em todas as tradições intelectuais que formam os ECG, e citam o feminismo, o neo-marxismo e o pós-estruturalismo como exemplos de tradições intelectuais que buscam a emancipação do sujeito.

Davel e Alcadipani (2003, p.74) ao pesquisarem a produção científica brasileira de ECG na década de noventa, denominados por eles de Estudos Críticos em Administração, fundamentam-se nos trabalhos de Fournier e Grey (2006) e Alvesson e Willmott (1996) para afirmarem que existem três parâmetros para se identificar um estudo como pertencente aos ECG, seriam eles: “(1) promulgação de uma visão desnaturalizada da administração, (2) intenções desvinculadas da *performance* e (3) um ideal de emancipação”. Para Davel e Alcadipani (2003) as tradições intelectuais que compoariam o quadro dos ECG seriam as seguintes: as tradições marxistas e neo-marxistas da Escola de Frankfurt; o pós-estruturalismo, o pós-modernismo, o pós-colonialismo e as teorias feministas. Os autores explicam ainda que todos os ECG têm uma intenção emancipatória, pois “procuram enfatizar, nutrir e promover o potencial da consciência humana para refletir de maneira crítica sobre as

práticas opressivas, facilitando, assim, a extensão dos níveis de autonomia e responsabilidade das pessoas” (DAVEL; ALCADIPANI, 2003, p. 75).

Na mesma linha de argumentação, independentemente da nomenclatura que utilizam para denominar os ECG, Alvesson e Willmott (1996) e Fournier e Grey (2006) também defendem que a busca pela emancipação é uma característica presente em todos os ECG, enfatizando que o pós-estruturalismo é uma das tradições intelectuais presente nos ECG e, assim sendo, compartilha dessa busca emancipatória. Este artigo se contrapõe a tal afirmação, pois, conforme será argumentado ao longo da discussão teórica, os autores que baseiam a abordagem pós-estruturalista rompem com a idéia de emancipação do sujeito e, portanto, não compartilham do projeto emancipatório presente em outras vertentes de pensamento inseridas nos ECG. O que leva a um dilema epistemológico: ou os ECG não se caracterizam especificamente pela emancipação, pois alguns estudos podem não ter essa preocupação; ou a abordagem pós-estruturalista não pertence aos ECG.

Em um artigo denominado “*Critique in the name of what: postmodernismo and critical approaches to organization*”, publicado na *Organization Studies*, Parker (1995) afirma que qualquer idéia que abandona o projeto emancipatório e sua possibilidade de verdade e progresso é algo perigoso e potencialmente inútil para ser adotado por qualquer teorista crítico em organizações. Parker (1995) defende que emancipação é um conceito que deve estar presente em todos os ECG, constituindo-se como divisor do que é, ou não, um estudo crítico. Contudo, o que seria emancipação? Qual o seu significado nos estudos organizacionais? A próxima seção deste artigo pretende responder estas questões, para deixar clara a distinção entre uma simples questão semântica e a existência de inconsistências epistemológicas que interferem nas contribuições teórico-empíricas potenciais de diferentes abordagens.

3 Emancipação nos Estudos Organizacionais

Entender o conceito de emancipação dentro dos ECG não se constitui como uma tarefa fácil, pois, conforme já relatado, os ECG são formados por uma grande multiplicidade e heterogeneidade de correntes de pensamento. Alvesson e Willmott (1996) salientam que a visão de um homem autônomo, que se auto-determina, manifesta a ideologia do individualismo onde se privilegia o individual ao invés dos processos sociais. A visão autônoma esconde que o homem é formado por relações de poder e, assim o sendo, sua visão de mundo, preferências e opiniões estão presas em uma teia social, não permitindo que ele se liberte desta teia. Nessa ótica, a emancipação seria o movimento de libertação do homem de ideologias que seriam prejudiciais a ele.

Os autores assumem a influência da Teoria Crítica em seu conceito sobre emancipação e defendem que a Teoria Crítica tanto revela a presença do progresso emancipatório no passado, quanto defende sua presença no futuro. Para eles, a abolição dos escravos é identificada como um passo emancipatório do homem, tal como lutas para se desenvolver formas de governo mais democráticas. Para Alvesson e Willmott (1996) a ideologia individualista presente nas sociedades ocidentais leva as pessoas a crerem em si como seres auto-determinados. Mas eles alertam que isso é uma falácia, visto que somos “produto de processos e práticas culturalmente específicos” (ALVESSON; WILLMOTT, 1996, p. 13). Apesar de destacarem que algumas formas críticas de pensamento são céticas sobre a possibilidade de emancipação humana, os autores defendem como preocupação específica dos

ECG a oposição a essa falácia, pela via da emancipação, que estaria sempre presente nesses estudos.

Contudo, em um artigo publicado em 1992 intitulado “*On the Idea of Emancipation in Management and Organization Studies*” Alvesson e Willmott (1992) apresentaram outros rumos sobre o conceito de emancipação e apontam algumas direções sobre o sentido do termo nos estudos organizacionais. Nesse artigo os autores já estabeleciam seus laços com o conceito de emancipação contido na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, intentando trazer clareza sobre o significado das necessidades humanas e expandir a autonomia tanto na vida pessoal quanto social. Entretanto, mesmo com esse movimento em direção aos conceitos frankfurtianos, ficou evidente a tentativa dos autores em mesclar a Teoria Crítica com o Pós-estruturalismo, pela via do que chamaram de microemancipação, na busca de um novo conceito de emancipação. Para os autores uma crença fundamental da Teoria Crítica é que as ciências sociais podem e devem contribuir para liberar as pessoas de tradições restritivas desnecessárias, de ideologias, de relações de poder, das formações de identidades, ou seja, tudo aquilo que inibe e distorce as oportunidades de autonomia.

Para Alvesson e Willmott (1992) os trabalhos de Fay (1987), Fromm (1977), Habermas (1971), Adorno e Horkheimer (1985) e Marcuse (1989) seriam exemplos de teóricos críticos que contribuem para essa libertação. Entretanto, Alvesson e Willmott (1992) defendem que nos estudos organizacionais o uso da abordagem dos demais autores se insere em apenas uma, das duas atitudes em relação à noção de emancipação identificadas: (a) uma linha mais dura em que falar de emancipação é rejeitar qualquer papel gerencial direcionado ao tema, (b) outra linha denominada pelos autores de “leve” (*softer*), na qual estão presentes muitas teorias modernas de gestão preocupadas em dar maiores liberdades aos empregados, por meio de seus programas de qualidade de vida no trabalho e de relações humanas. Dentre estas duas abordagens os autores posicionam-se a favor da primeira atitude e é nela que eles inserem os teóricos críticos, enfatizando a visão estreita sobre emancipação contida na segunda perspectiva. Ao desenvolverem a discussão sobre a primeira abordagem, os autores buscaram no pós-estruturalismo contribuições para o conceito de emancipação contido na Teoria Crítica. Para isso eles defenderam o conceito de microemancipação, no qual a “orientação é focada em atividades concretas, formas e técnicas que oferecem não somente os meios de controle, mas também os objetos facilitadores de resistência como veículo de liberação” (ALVESSON; WILLMOTT, 1992, p. 446).

Segundo Alvesson e Willmott (1992), a diferença entre emancipação e microemancipação está na ênfase. Enquanto a microemancipação enfatiza os movimentos parciais e temporários que se desconectam das diversas formas de opressão hegemônicas, a emancipação reforça os movimentos sucessivos na direção de um estado pré-determinado de liberação. “Esta visão micro da emancipação difere marcadamente da concepção tradicional de uma transformação de mão única da consciência entre ‘falso’ ou ‘verdadeiro’ com o elemento crucial na mudança de uma ordem social opressiva [...]” (ALVESSON; WILLMOTT, 1992, p. 447). Neste artigo defende-se a oposição a esse entendimento, ao se concordar com as críticas de Paula (2009, p.4) que afirma: “pensadores como Adorno, Horkheimer e Marcuse, realizam uma crítica radical do Iluminismo, na qual, inclusive os pós-estruturalistas se apóiam, mas não excluem as possibilidades emancipatórias e revolucionárias”, práticas estas excluídas pelos pós-estruturalistas.

Segundo Paula (2009), dentro da perspectiva da Teoria Crítica frankfurtiana a ideologia não pode ser vista como falsa consciência. A visão de ideologia como falsa consciência está presente no marxismo ortodoxo vulgar e não na Escola de Frankfurt. Para Paula (2009) ideologia é a própria realidade que homogeneiza o mundo. Nesse sentido, a autora afirma que existe um sistema de dominação que opera sobre as pessoas, contudo, não se pode afirmar que na perspectiva frankfurtiana as pessoas têm falsa consciência que as impediria de resistir, ou que há um grupo que promove a dominação sobre os demais. Para os frankfurtianos “por detrás da razão há o sujeito, que por meio de sua autonomia pode restituir sua face emancipatória” (PAULA, 2009, p. 11). Entretanto, para o pós-estruturalismo “por detrás do discurso não há um autor, pois o discurso é entendido como uma estrutura constituída socialmente segundo leis que fogem à vontade dos sujeitos” (PAULA, 2009, p. 11). Esta afirmação de Paula (2009) tem grande relevância, pois revela, conforme será discutido mais adiante, que o conceito de sujeito contido no pós-estruturalismo não abre nenhuma possibilidade desta perspectiva epistemológica abraçar o projeto emancipatório e trabalhar com conceitos relacionados à alienação, dominação, e, conseqüentemente, emancipação.

Em relação à dominação Deetz (1992) salienta que a exploração econômica não pode ser vista como a primeira força de dominação que produziria uma falsa consciência, mas sim como a arbitrariedade do poder que concebe o mundo, o “eu” e o “outro”. Com esta mudança conceitual o foco de análise cai sobre os sistemas que desenvolvem o papel do sujeito em produzir e reproduzir dominação. Deetz (1992) acredita que a comunicação democrática é a via de emancipação do sujeito nas organizações. Para ele a comunicação democrática deve referir-se a formação do conhecimento, da experiência e da identidade, não meramente suas expressões. A análise política da organização deve ser fundamentada na livre democracia participativa, associada a novos conceitos do processo de comunicação.

Davel e Alcadipani (2003) enfatizam que em relação a emancipação os ECG (denominado pelos autores de Estudos Críticos em Administração – ECA) não intentam solucionar definitivamente questões relacionadas à dinâmica social que constitui como as pessoas pensam e atuam. Os ECG operam no “fluxo diário das práticas opressivas, dominantes e excludentes que, inutilmente, atrapalham o desenvolvimento pessoal e coletivo no âmbito organizacional” (DAVEL; ALCADIPANI; 2003, p. 75).

Portanto, a razão e a capacidade de reflexão dos sujeitos é o que torna possível o processo emancipatório para os teóricos críticos. Contudo, concordando-se com Jermier e Clegg (1994), o pós-estruturalismo não tem a mesma concepção de sujeito contida na Teoria Crítica, fato que contribui para que o pós-estruturalismo não trabalhe com uma política emancipatória de sujeito. Em função disso, para os autores faz-se necessário repensar dentro dos estudos organizacionais o marxismo, o feminismo e outras estruturas essencialistas emancipatórias. Esse argumento coloca em questão nos estudos organizacionais o suposto papel dos aspectos relacionados a emancipação nos ECG, que segundo Fournier e Grey (2006), Davel e Alcadipani (2003) e Alvesson e Willmott (1996) atuariam como cola entre as diversas correntes de pensamento que formam os ECG, unindo essas abordagens. Ou seja, devido ao conceito de sujeito contido no pós-estruturalismo essa tradição de pensamento não trabalha com emancipação e, portanto, não se pode afirmar que a emancipação é uma característica comum aos ECG. Para legitimar tal afirmação cabe esclarecer o entendimento de sujeito para o pós-estruturalismo que a sustenta.

4 O Pós-estruturalismo e o Sujeito

Apesar de não ser objetivo deste artigo discutir as diferenças entre pós-modernismo e pós-estruturalismo vale de antemão esclarecer que pós-estruturalismo não é sinônimo de pós-modernismo, conforme salienta Souza (2010).

Segundo Peters (2000) e Souza (2010) existem semelhanças nas concepções de sujeito contidas no estruturalismo e no pós-estruturalismo. O pós-estruturalismo emerge dentro do estruturalismo e, assim sendo, tais semelhanças não são meros acasos. Contudo, apesar de compartilharem de uma visão muito próxima de sujeito não se pode afirmar que esta visão seja idêntica em todos os seus aspectos. O pós-estruturalismo é uma fuga e uma reação ao pensamento dialético de Hegel (2008), pensamento este que influenciou a dialética de Marx.

O sujeito autônomo, autoconsciente e livre, visto como fonte de razão e de todo conhecimento oriundo do cartesianismo-kantiano humanista é colocado em cheque tanto pelo pós-estruturalismo quanto pelo estruturalismo. Contudo, o pós-estruturalismo substitui esta definição de sujeito por uma concepção de subjetividade descentrada, fragmentada. Um sujeito sem essência, sem origem (PETERS, 2000). Neste sentido, os conceitos pós-estruturalistas de subjetividade contidos nas obras de Guattari, Foucault e Rolnik trazem muitos esclarecimentos sobre a definição de sujeito para o pós-estruturalismo.

Para Guattari (1992) a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. Contudo, para o autor considerar “a subjetividade sob o ângulo da sua produção não implica absolutamente [...] voltar aos sistemas tradicionais de determinação do tipo infraestrutura material – superestrutura ideológica” (GUATTARI, 1992, p. 11). Segundo Guattari (1992), os diversos registros semióticos que concorrem entre si para a produção da subjetividade não têm e não mantêm relações definitivamente fixas e nem uma hierarquia obrigatória. “A subjetividade, de fato é plural, polifônica, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtin. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca” (GUATTARI, 1992, p. 11). Vale salientar que o conceito de subjetividade em Guattari (1992) quer ultrapassar a clássica oposição entre sujeito individual e sociedade, ou seja, entre individual ou coletivo.

Segundo o autor, em determinados contextos sociais e semiológicos a subjetividade se individualiza, ou seja, uma pessoa é vista como responsável por si mesma, que se posiciona em meio a diversas relações de alteridade regidas por aspectos familiares, culturais, jurídicos, locais, etc. Em outros momentos e condições a subjetividade se faz coletiva, motivo que não a torna exclusivamente social. Guattari (1992) enfatiza que não se deve entender o termo “coletivo” como somente uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, mas também como algo aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivado muito mais de uma lógica de afetos do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos. Nesse sentido, indivíduo e coletivo não são objetos dados, eles se constituem nas relações, por meio de processos que se constituem no entrecruzamento de diferentes instâncias. Diante dessas considerações, pode-se afirmar que para Guattari (1992, p. 15) subjetividade é “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”.

Conforme Guattari (1992), as mudanças tecnológicas devem nos fazer considerar, de forma simultânea, uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e ao mesmo tempo uma tendência heterogenética, ou seja, um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. Neste sentido,

A sociologia, as ciências econômicas, políticas e jurídicas parecem, no atual estado de coisas, insuficientemente armadas para dar conta de uma tal mistura de apego arcaizante às tradições culturais e entretanto de aspiração à modernidade tecnológica e científica, mistura que caracteriza o coquetel subjetivo contemporâneo. A psicanálise tradicional, por sua vez, não está nem um pouco melhor situada para enfrentar esses problemas, devido à sua maneira de reduzir os fatos sociais a mecanismos psicológicos. Nessas condições, parece indicado forjar uma concepção mais transversa de subjetividade, que permita responder ao mesmo tempo a suas amarrações territorializadas idiossincráticas (Territórios existenciais) e a suas aberturas para sistemas de valor (Universos incorporais) com implicações sociais e culturais (GUATTARI, 1992, p. 12).

Sobre as mudanças tecnológicas contemporâneas Rolnik (1997a) fala que a globalização da economia e os avanços tecnológicos relacionados à mídia eletrônica acabam aproximando universos de toda espécie situados em diversas partes do planeta, em uma crescente variabilidade e densidade. “As subjetividades independentemente de sua morada, tendem a ser povoadas por afetos dessa profusão cambiante de universos; uma constante mestiçagem de forças delinea cartografias mutáveis e coloca em cheque seus habituais contornos” (ROLNIK, 1997a, p. 19). A imensa variedade de universos que se miscigenam em cada subjetividade acaba tornando suas figuras e linguagens obsoletas muito rapidamente, levando-as a um empenho quase que permanente de reconfiguração (ROLNIK, 1999). Nesse contexto, a subjetividade se descobre precária e incerta. Contudo, a autora salienta que a mesma globalização que atua como intensificadora das misturas e fragmenta as identidades também é produtora de *kits* de perfis-padrão para serem consumidos pelas subjetividades.

Para Guattari (1992) as dimensões maquínicas de subjetivação nos levam a uma subjetividade produzida por uma heterogeneidade de componentes que concorrem de forma simultânea. Dentre estes Guattari cita (a) componentes semiológicos significantes manifestados por meio da família, da educação, da religião, da arte, do esporte, do meio ambiente, etc.; (b) elementos produzidos pela indústria da mídia, cinema, televisão, etc.; (c) e dimensões semiológicas a-significantes que coloca em jogo signos que funcionam paralelamente ou independentemente na produção e veiculação de significações que fogem dos axiomas linguísticos. Segundo Guattari (1992), as correntes estruturalistas não deram importância e relevância a este regime semiológico a-significante.

Existem possibilidades diversificadas de recomposição da subjetividade e de se sair de seus impasses repetitivos. A recomposição não se processa a partir de dimensões já existentes da subjetividade, dimensões estas cristalizadas em complexos estruturais, mas procedem de uma criação e tornam-se um paradigma estético, criando-se novas modalidades de subjetivação. Desse modo, não estamos mais diante de uma subjetividade dada como um em si, mas diante de um processo de autonomização ou de autopoiese (GUATTARI, 1992). “Porém os grandes

movimentos de subjetivação não tendem necessariamente para um sentido emancipador” (GUATTARI, 1992, p.12). Para Guattari (1992), a história contemporânea demonstra um aumento das reivindicações de singularidades subjetivas, reivindicações autonomistas, questões nacionalistas e nacionais ambíguas, pois ao mesmo tempo em que reivindicam por maior liberdade também encarnam reterritorializações conservadoras de subjetividade. Como Rolnik (1997a) mesmo explica, as subjetividades tendem a ignorar as diferentes forças que as desestabilizam, organizando-se em torno de uma representação de si dada *a priori*, ou seja, em torno de uma referência identitária. Em suma, para Guattari (1992) subjetividade não pode ser concebida dentro de um paradigma cientificista, mas somente em um paradigma ético-estético, ou seja, não se deve objetificar, reificar e cientificar a subjetividade, pelo contrário, deve-se apreendê-la em sua dimensão processual criativa.

Rolnik (1997b), influenciada pelo pensamento de Deleuze, dá grande ênfase aos conceitos de dentro” e “fora” no processo de produção subjetiva. Para ela dentro e fora não são espaços separados, sendo indissociáveis, mas paradoxalmente inconciliáveis, no qual “o dentro detém o fora e o fora desmancha o dentro” (ROLNIK, 1997b, p. 27). Mas o que significa dentro e fora para Rolnik (1997b, p. 27)? “o dentro é uma desintensificação do movimento das forças do fora, cristalizadas temporariamente num determinado diagrama que ganha corpo numa figura com seu microcosmo”, já o fora é “uma permanente agitação de forças que acaba desfazendo a dobra e seu dentro, diluindo a figura atual da subjetividade até que outra se profile” (ROLNIK, 1997b, p. 27). Assim, dentro é o território existencial que tem uma relação indissociável com as diversas forças do fora e ambos atuam conjuntamente na constituição da subjetividade, ou seja, “o movimento das forças é o fora de todo e qualquer dentro, pois ele faz com que cada figura saia de si mesma e se torne outra. O fora é um ‘sempre outro do dentro’, seu devir” (ROLNIK, 1997b, p. 27).

O contorno de uma subjetividade delinea-se a partir de uma composição singular de forças, um certo mapa de sensações. A cada novo universo que se incorpora, novas sensações entram em cena e um novo mapa de relações se estabelece, sem que mude necessariamente a figura através da qual a subjetividade se reconhece. Contudo, na medida em que mudanças deste tipo acumulam-se, pode tornar-se excessiva a tensão entre as duas faces da subjetividade - a sensível e a formal. Neste caso, a figura em vigor perde sentido, desestabiliza-se: um limiar de suportabilidade é ultrapassado. A subjetividade tende então a ser tomada por uma inquietude que a impele a tornar-se outra, de modo a dar consistência existencial para sua nova realidade sensível (ROLNIK, 1999, p. 2).

A questão que Foucault levanta sobre o sujeito é muito similar a Guattari (1992), pois ele pretende romper com a dicotomia sujeito individual *versus* sujeito coletivo. Foucault (2002b, p. 329) afirma que “nós descobrimos que a filosofia e as ciências humanas viviam sobre uma concepção muito tradicional do sujeito humano, e que não bastava dizer, ora com uns, que o sujeito era radicalmente livre e, ora com outros, que ele era determinado por condições sociais”. A problematização do sujeito está presente em toda obra de Foucault, contudo, ela se desdobra em dois momentos cruciais: (a) o primeiro arqueológico associado a “morte do sujeito”, denominado por Canguilhem de esgotamento do “cogito”, presente em *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 1999); (b) o segundo momento apresenta-se a partir da escrita do

Uso dos Prazeres (FOUCAULT, 1984), no qual Foucault redefine seu trabalho anterior, pretendendo analisar não mais as idéias, nem os comportamentos, nem a sociedade e nem suas ideologias, mas as problematizações por meio das quais o sujeito se dá como possibilidade e dever de ser pensado e as práticas a partir das quais as problematizações se formam. Enfim, a “dimensão arqueológica da análise permite analisar as formas mesmas da problematizações; sua dimensão genealógica, sua formação a partir das práticas e suas modificações” (FOUCAULT, 2002a, p. XXXVIII).

Quando questionado se o cuidado de si poderia ser visto como um processo de liberação do sujeito Foucault (2004a) salienta que sempre desconfiou do tema geral de liberação, pois isto pode remeter a idéia de que existe uma natureza ou uma essência humana que foi mascarada, aprisionada ou alienada em processos históricos, econômicos e sociais que atuariam como mecanismos de repressão. Foucault (2004a, p. 265) afirma que segundo esta “hipótese, basta romper esses ferrolhos repressivos para que o homem se reconcilie consigo mesmo, reencontre sua natureza ou retome contato com sua origem e restaure uma relação plena e positiva consigo mesmo. Creio que este é um tema que não pode ser aceito dessa forma, sem exame”.

Na realidade, Foucault (2004a) se recusa a fazer uma teoria do sujeito, presentes, por exemplo, na fenomenologia e no existencialismo. Ele objetiva mostrar como o próprio sujeito se constitui nessa ou naquela forma determinada, como sujeito louco ou são, como sujeito trabalhador ou delinquente, por meio de práticas que são jogos de verdade e relações de poder. Para o autor, o sujeito não é uma substância, “é uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo idêntica a si mesma” (FOUCAULT, 2004a, p. 275). O que interessa para Foucault (2004a, p. 275) “é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade”. Jogos de forças, nos quais relações de poder produzem e impõem verdades que devem ser reconhecidas, mas que também marcam o sujeito, identificando-o. “Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento” (FOUCAULT, 2010, p.278). Em ambos os significados estão vinculadas uma forma de sujeição. Em relação a sua concepção de sujeito, Foucault (2004b, p.291) afirma que

[...] não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção do sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação [...].

Neste momento vale salientar que para Foucault “práticas de liberação” não é sinônimo de liberação ou emancipação. Para ele a liberação existe, e cita como exemplo de liberação quando um povo colonizado procura se libertar do colonizador. Contudo, esta liberação não basta para definir as práticas de liberdade que em seguida serão necessárias “para que esse povo, essa sociedade e esses indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência ou da sociedade política” (FOUCAULT, 2004a, p. 266). Em função disto Foucault (2004a, p. 266) afirma que é “por isso que insisto sobretudo nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez têm seu lugar, mas que não me parecem poder, por eles próprios, definir todas as formas práticas de liberdade”.

Ao inserir essa discussão nos estudos organizacionais, Calás e Smircich (1999) destacam que no pós-estruturalismo ocorre um descentramento do sujeito que, ao invés de ser origem, tem sua subjetividade embebida em um duplo movimento de produção e efeito, inserida em uma rede complexa de narrativas e práticas instáveis. Diante das considerações sobre sujeito e subjetividade apresentadas resta-nos analisar qual a relação das concepções discutidas com a idéia emancipatória que nos leva a afirmar a impossibilidade da emancipação ser uma característica comum a todos ECG, principalmente para trabalhos que tenham como base epistemológica o pós-estruturalismo.

5 O Abandono do Projeto Emancipatório no Pós-estruturalismo

O fato de o pós-estruturalismo definir a subjetividade, e conseqüentemente o sujeito, como algo fragmentado, descentrado, sem essência e origem (PETERS, 2000; SOUZA, 2010; CALÁS; SMIRCIH, 1999; ROLNIK, 1997a), torna praticamente impossível estabelecer um projeto emancipatório para o homem. Contudo, isto não significa que o pós-estruturalismo trabalhe com uma concepção na qual o sujeito seja completamente e unicamente determinado por estruturas. Foucault (2003) estava preocupado em investigar a emergência dos diferentes sistemas que contribuem na determinação de nossas condutas, mas também estava interessado nas maneiras pelas quais seria possível escapar-lhes. Vale lembrar, conforme descrito na seção anterior, que tanto Foucault (2002b), quanto Guattari (1992) deixam claro que pretenderam em suas obras romper com a dicotomia existente na concepção de sujeito, na qual em um pólo encontra-se um sujeito completamente autônomo (sujeito individual) e em outro um sujeito determinado pelo social (sujeito coletivo).

Em uma perspectiva pós-estruturalista a subjetividade é produzida ao mesmo tempo por instâncias individuais, coletivas e institucionais, não significando que esta produção ocorra somente no nível coletivo e seja determinada por uma infraestrutura econômica e/ou uma superestrutura social. Também não existe hierarquia entre estas instâncias, na qual um destes três elementos (indivíduo, coletivo e instituição) fosse o mais significativo em relação aos demais. Eles atuam de forma conjunta e simultânea. A subjetividade é formada por uma heterogeneidade de componentes que concorrem entre si de forma não hierárquica, não existindo para o pós-estruturalismo uma ideologia dominante que atuaria como elemento principal e relevante na constituição subjetiva.

Se o projeto emancipatório pretende libertar o homem de ideologias dominantes que são prejudiciais a ele (ALVESSON; WILLMOTT, 1996), diante do exposto no parágrafo anterior observa-se a incompatibilidade deste objetivo com a perspectiva pós-estruturalista, pois, apesar de, por exemplo, Foucault (1979) estudar o poder, isto não significa que na concepção de poder contida neste autor há uma ideologia dominante que atuaria como elemento principal da construção subjetiva de maneira a reprimir a autonomia e liberdade, produzindo dominação e alienação, pois para Foucault (1979) o poder atua de forma muito mais positiva do que repressiva. Aliás, conforme Souza e Garcia (2007) salientam Foucault não trabalha com conceitos de dominação e ideologia, e não o faz exatamente para não cair na relação causa-efeito composta pela tríade ideologia-domação-alienação, na qual a ideologia seria produtora de dominação que por sua vez alienaria o homem, cabendo aos pensadores críticos atuar contra esta dominação e alienação por meio de processos emancipatórios.

O projeto emancipatório nos faz pressupor que em algum momento da história o homem não era alienado e que diversos processos históricos acabaram o alienando, no qual alienação não significa produção de falsa consciência, mas principalmente a perda de rumo em direção ao caminho que nos levaria ao bem estar coletivo e ao progresso emancipatório. Para o pós-estruturalismo o homem não tem origem ou essência, assim sendo, não existiu em nenhum momento da história do homem um ser puro, autônomo e livre das relações de poder (FOUCAULT, 1979, 2002a, 2002b, 2004a; GUATTARI, 1992; ROLNIK, 1997a, 1997b) e uma tentativa de resgate desta “essência” é algo impossível pela sua própria inexistência.

Conforme dito, Guattari (1992) não acredita nos grandes movimentos emancipatórios, pois, para o autor, os grandes movimentos de subjetivação não tendem para a emancipação dos sujeitos. Ele destaca que o aumento de reivindicações subjetivas relacionadas às singularidades nos dias atuais, também trazem consigo movimentos reterritorializadores conservadores de subjetividade que não atuam como produtores e catalisadores da expansão da vida. Neste caso a constituição histórica dos sujeitos está em andamento e pode ser alvo dos estudos pós-estruturalista, mas o ideal emancipatório não se apresenta e nem é considerado.

Um ponto crucial de análise na relação entre subjetividade e emancipação é a razão. Apesar da crítica que a Teoria Crítica frankfurtiana faz ao Iluminismo (PAULA, 2009) ela ainda mantém sua crença na razão e no progresso iluminista, sendo que a razão ocupa um papel preponderante na emancipação, pois é uma certa dose de autonomia e a capacidade de reflexão dos sujeitos por meio da razão que torna possível o processo emancipatório (PAULA, 2009; ALVESSON; WILLMOTT, 1992). Como para o pós-estruturalismo não existe um autor ou um ser racional capaz de refletir com certa autonomia para criar projetos emancipatórios, a razão é colocada em cheque e o que é classificado como racional, ou não, é visto como fruto de processos que envolvem relações de poder na sua busca pela constituição de verdades. Não é a toa que Foucault (1972) dedicou-se a estudar a loucura. Ele o fez para mostrar que não somos seres tão racionais como imaginamos que somos e a classificação do que é loucura se transforma a todo momento ao longo da história, de acordo com as relações de poder hegemônicas de cada época, servindo, a partir da emergência do pensamento Iluminista, como um dispositivo de poder para delimitar e classificar o que é “normal” em detrimento do “anormal”. Como Foucault (2001) mesmo destaca os anormais somos nós! Conforme já exposto, o que sempre interessou a Foucault é a constituição histórica das diferentes formas de sujeitos em relação aos jogos de verdade que o constitui.

Neste sentido, o pós-estruturalismo evita modelos prescritivos de como os sujeitos devem se constituir e julgamentos de valor sobre qual seria a melhor e a correta maneira de se viver. Por exemplo, para o pós-estruturalismo a ética é apenas uma expansão das diversas e múltiplas formas de subjetividades possíveis. Desta forma, contrariamente aos grandes projetos emancipatórios, o pós-estruturalismo não pretende apontar uma direção para onde os sujeitos deveriam caminhar, pois entende que as possibilidades são múltiplas e relativas a diversas subjetividades existentes em um determinado contexto histórico, cultural, social, político, religioso e econômico, dentre outros elementos. Vale salientar novamente que Foucault (2004a) em seu momento de análise ética, denominado pelo autor de “cuidado de si”, não acredita na possibilidade de uma forma geral de liberação, pois isto seria reafirmar que existe uma natureza e essência humana que foi ofuscada e alienada por mecanismos repressivos ao longo da história.

Por exemplo, Alvesson e Willmott (1996) citam para ilustrar o processo emancipatório a abolição dos escravos. Já Foucault (2004a), além de não acreditar na existência de grandes projetos emancipatórios, deixa claro que trabalha com “práticas de liberação” e não emancipação ou liberação. A libertação dos escravos não é vista por Foucault como uma “prática de liberação”, pois ela não diz respeito à definição de “práticas de liberdade” que serão necessárias para que os escravos possam estabelecer um cuidado de si, ou seja, formas aceitáveis e satisfatórias de existência. Diferentemente da concepção de uma melhor e correta maneira de se viver, indicada pelos teóricos críticos, no pós-estruturalismo as formas aceitáveis e satisfatórias de existência são infinitas, sem uma referência absoluta ou mesmo estabilizada para o isolamento de “um melhor”. A existência dessa referência seria incoerente na medida em que é incapaz de ser fundada nas múltiplas subjetividades em seus microfluxos de construção assumidas na abordagem.

Como foi demonstrado ao longo da argumentação deste artigo, ao se assentar nessa concepção da constituição da subjetividade do sujeito, o pós-estruturalismo faz com que seus adeptos reconheçam a incoerência em comparar diferentes instâncias para a definição de um ideal de sujeito liberto, emancipado de outras instâncias da vida e história. A diferença em torno desse aspecto não faz do pós-estruturalismo uma melhor ou pior abordagem em relação às demais aqui discutidas, mas ela faz parte das contribuições específicas da abordagem. Ignorá-la apenas para atender a uma classificação para unir os ECG é negligenciar o que legitima a inserção de qualquer conjunto de abordagens em qualquer corrente: as contribuições potenciais oriundas do confronto das diferenças que norteiam as abordagens. Algo que neste artigo se considera mais importante do que encontrar pontos de convergência que facilitem a classificação comum, pois apesar dessa ser uma movimentação necessária, que contribui como norte epistemológico para os estudiosos, não pode solapar as bases do confronto do conhecimento pelas quais a própria epistemologia foi fundada.

6 Para Além da Conclusão

Discussões sobre qual paradigma epistemológico é o mais “verdadeiro” ou mais “legítimo” é algo corriqueiro dentro dos ECG. Entretanto, este artigo não foi escrito objetivando atribuir ao pós-estruturalismo o rótulo de verdade ou legitimidade em detrimento das outras possibilidades de estudos críticos. Aliás, dentro de uma visão pós-estruturalista, visão esta a qual os autores deste artigo coadunam, não se acredita que exista uma corrente de pensamento que seja mais verdadeira que outra, enfim, não se pretendeu participar aqui dos “jogos de verdade” descritos por Foucault em sua arqueologia. O que se intentou é contribuir para a reflexão sobre as tradições de pensamento que formam os estudos organizacionais críticos e suas diferenças epistemológicas, focando-se no pós-estruturalismo e tendo como ponto principal de análise a busca pela emancipação.

Desta forma, o principal intento deste artigo foi contribuir com o rigor epistemológico no desenvolvimento de futuros trabalhos organizacionais que venham utilizar como principal fundamentação teórica o pós-estruturalismo. Entretanto, isto não significa que não exista possibilidade de diálogo entre o pós-estruturalismo e outras correntes consideradas críticas nos estudos organizacionais, principalmente com a Teoria Crítica frankfurtiana. Aliás, parece-nos que as abordagens críticas constituem-se mutuamente por meio do diálogo existente entre elas. Assim sendo, não há nada de errado com as perspectivas teóricas que acreditam e

trabalham com o ideal emancipatório do homem e com os conceitos de progresso, alienação e dominação. O fato de trabalharem com estes conceitos não os desautorizam e nem os tornam menos importantes na busca de um mundo mais justo. Da mesma forma que o abandono da busca emancipatória não torna o pós-estruturalismo uma forma de pensamento inferior ou superior em relação às demais perspectivas críticas. O importante é entender as diferenças epistemológicas entre as abordagens críticas e não atribuir e estabelecer uma hierarquia entre elas.

Entender essas diferenças contribui para um maior rigor na realização de pesquisas organizacionais, principalmente no momento da análise dos dados coletados em pesquisas teórico-empíricas. Além disso, o uso de autores epistemologicamente distantes como sendo autores que comunguem das mesmas idéias, ocorre com grande frequência nos estudos organizacionais, ou seja, parafraseando Carrieri e Luz (1998) “não existe pecado do lado de baixo do equador”.

Apesar da viabilidade e da possibilidade de diálogo entre o pós-estruturalismo e as demais abordagens críticas em estudos organizacionais, já salientada no início desta seção, acredita-se que em relação ao projeto de emancipação o pós-estruturalismo se afasta dos trabalhos críticos que acreditam neste projeto e esta incomensurabilidade se dá principalmente devido à diferença existente em relação à definição de sujeito entre o pós-estruturalismo e as demais correntes críticas. Por isso, não acreditamos que seja coerente e possível a tentativa de mesclar Teoria Crítica e pós-estruturalismo na construção de um novo conceito de emancipação, como fizeram Alvesson e Willmott (1992). Portanto, a contribuição final proposta neste artigo consiste em advogar que os estudiosos aproximem em seus estudos o pós-estruturalismo das demais abordagens, mas reconhecendo e se aproveitando das diferenças que dão sentido epistemológico a essa aproximação.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialetica do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. On the idea of emancipation in management and organization studies. **The Academy of Management Review**, v. 17, n. 3, p. 432-464, jul., 1992.

ALVESSON, M., WILLMOTT, H. Recasting emancipation in management and organization studies. In: ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Making sense of management**: a critical introduction. London: Sage, 1996.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Past postmodernism? Reflections and tentative directions. **The Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 649-671, oct., 1999.

CARRIERI, A. P.; LUZ, T. R. Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do equador. Em: ENANPAD, XXII, 1998, Foz do Iguaçu. **Trabalhos apresentados**. Paraná, 1998.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n.4, p. 623-647, out/dez., 2003.

DEETZ, S. Disciplinary Power in the modern corporation. In: ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Critical management studies**. London: Sage, 1992.

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **CADERNOS EBAPE**, v. 7, n. 3, set., 2009.

FAY, B. **Critical social science**. Cambridge: Polity Press, 1987.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Problematizações do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

FOUCAULT, M. Lacan, o “liberatore” da psicanálise. Em: FOUCAULT, M. **Problematizações do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b.

FOUCAULT, M. Conversação com Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. da. Ditos & Escritos IV. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. Em: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FOUCAULT, M. Uma estética da existência. Em: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOURNIER, V.; GREY, C. Na hora da crítica: condições e perspectivas para estudos críticos de gestão. **RAE**, v. 46, n. 1, março, p. 71-86, 2006.

FROMM, E. **Ter ou ser?** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HABERMAS, J. **Toward a rational society: student protest, science, and politics**. Boston: 1971.

HALES, C. P. What do managers do? A critical review of the evidence. **Journal of Management Studies**, 23(1), p. 88-115, January, 1986.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2008.

JERMIER, J. M.; CLEGG, S. R. Critical issues in organization science: a dialogue. **Organization Science**, v. 5, n. 1, February, p. 1-13, 1994.

MARCUSE, H. **L'homme unidimensionnel**: essais sur l'ideologie de la societe industrielle avancee. Paris: Minuit 1989.

PARKER, M. Critique in the name of what: postmodernism and critical approaches to organization. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, p. 553-564, 1995.

PAULA, A. P. P. “O que o handbook não diz”: novas considerações sobre teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. Em: ENANPAD, XXXIII, 2009, São Paulo. **Trabalhos apresentados**, São Paulo, 2009.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. Em: LINS, D. S. **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papyrus, 1997a.

ROLNIK, S. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. Em: LINS, D. S. **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papyrus, 1997b.

ROLNIK, S. Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea. In: SANTAELLA, L.; VIEIRA, J. A. **Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências** (Orgs.) Face e Fapesp, São Paulo, 1999.

SOUZA, E. M.; GARCIA, A. Um diálogo entre Foucault e o marxismo: caminhos e descaminhos. **Revista Aulas**, Unicamp, n. 3, março, 2007.

SOUZA, E. M. Pós-modernidade nos Estudos Organizacionais: Equívocos, Antagonismos e Dilemas. Em: ENANPAD, XXXIV, 2010, Rio de Janeiro. **Trabalhos apresentados**, Rio de Janeiro, 2010.